

COMUNIDADES TRADICIONAIS, A CONSTRUÇÃO CURRICULAR E A VALORIZAÇÃO DIALÓGICA COM SABERES

Rosângela Gonçalves de Oliveira¹; Sandra Terezinha Urbanetz²

Resumo

Este artigo pretende problematizar e refletir sobre limites, possibilidades e tensões do uso dos saberes de comunidades de pesca tradicional, como balizadores na construção de currículos de cursos técnicos. Os dados apresentados aqui são parte de uma pesquisa de doutoramento e são pré-categorizados a partir do processo de trabalho na pesca artesanal, como seus instrumentos de captura e estrutura organizacional de beneficiamento até sua venda. As fotografias foram capturadas nas cinco regiões do Brasil, em colônias de pescadores que participaram do Curso Técnico em Pesca, na modalidade Educação a distância, integrada ao Ensino Médio para adultos, oferecido pelo Instituto Federal do Paraná. Atualmente identifica-se contradição nas políticas públicas para essas comunidades pois, por um lado reconhecem seu caráter artesanal definido pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), mas por outro ofertam cursos técnicos com premissas desenvolvimentistas. A análise se deu no diálogo de autores como Gramsci, Freire e Berman. Como parte das considerações levantam-se questões de reconhecimento das possibilidades de permanência e de resistência dos saberes dessas comunidades, em oposição à tecnologia da sociedade capitalista, que confronta e impõe o moderno em oposição ao artesanal, constituidor de sua identidade. Essas e outras contradições possíveis na construção e efetivação do currículo, que ora é crítico problematizador, ora apregoa um determinismo tecnológico, são derivações do currículo para trabalhadoras e trabalhadores tradicionais jovens e adultos. Propõe-se, nesse sentido, uma reflexão sobre os currículos engessados que ao não dialogarem com os saberes tradicionais descaracterizam a identidade dessas comunidades.

Palavras-chave: Pescadores Artesanais, Saberes, EJA, Currículo.

Abstract

This article intends to problematize and reflect on the limits, possibilities and tensions of the use of knowledge from traditional fishing communities, as a guide for the construction of technical course curricula. The data presented here are part of a doctoral research and are pre-categorized from the work process in artisanal fishing, as its capture instruments and organizational structure from processing to sale. The photographs were captured in the five regions of Brazil, in colonies of fishermen who participated in the Technical Course in Fishing, in the Distance Education modality, integrated with Secondary Education for adults, offered by the Federal Institute of Paraná. Currently, there is a contradiction in public policies for these communities because, on the one hand, they recognize their artisanal character defined by the ILO (International Labor Organization), but on the other hand, they offer technical courses with developmental assumptions. The analysis took place in the dialogue of authors such as Gramsci, Freire and Berman. As part of the considerations, issues of recognition of the possibilities of permanence and resistance of the knowledge of these communities are raised, in opposition to the technology of the capitalist society, which confronts and imposes the modern in opposition

¹ Doutora em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR com sanduíche na Universidade de Lisboa/Instituto de Educação; professora do Instituto Federal do Paraná-IFPR, Campus Curitiba; e-mail: rosangela.oliveira@ifpr.edu.br.

² Doutora em Educação e Trabalho pela Universidade Federal do Paraná-UFPR, Pós Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana-PPFH da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UFRJ, Pós Doutora pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto - Portugal; professora do Instituto Federal do Paraná-IFPR, Campus Curitiba; e-mail: sandra.urbanetz@ifpr.edu.br.

to the artisanal, which constitutes its identity. These and other possible contradictions in the construction and implementation of the curriculum, which sometimes is critically problematizing, sometimes proclaims a technological determinism, are derivatives of the curriculum for traditional young and adult workers. In this sense, we propose a reflection on the plastered curricula that, by not dialoguing with traditional knowledge, mischaracterize the identity of these communities.

Keywords: Artisanal Fishermen, Knowledge, EJA, Curriculum

1 Introdução

Começamos nossa reflexão com algumas perguntas pertinentes. O que é currículo escolar? Por que esse currículo tem importância e significado quando falamos de educação e, nesse caso, de educação de comunidades tradicionais? Existe uma possibilidade curricular que tome como princípio a consonância e o respeito pela lógica cultural dos povos e das comunidades tradicionais?

Essas são algumas das questões que tomamos como princípio nessa caminhada. Entendemos que a organização pedagógica escolar é um currículo, ou o conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas (MOREIRA e CANDAU, 1996). Sua importância, dessa forma, diz respeito à lógica que constitui desde tempos e espaços pedagógicos e seleção de conteúdos até a avaliação da aprendizagem. O que se pode constatar é que ainda temos, na maioria das organizações escolares, a vigência de um currículo tradicional *taylorista*, que significa, de forma sintética, a reprodução e a memorização de conhecimentos que são disponibilizados de forma compartimentada, distribuída em séries por categorias de complexidade, com base nos modelos administrativos da produção em massa das fábricas. Esse, portanto, seria um modelo que possibilitaria a construção coletiva de um currículo e que, principalmente, levaria em consideração a outra cultura e a outra lógica produtiva, como no caso das artesanais e das tradicionais. Outra opção é um currículo crítico construído com o estudante e não para ele, que reconheça a formação do trabalhador de forma plena, dialogando com seus saberes e respeitando suas especificidades e sua cultura.

No entanto, um dos problemas encontrados para a efetivação dessa forma curricular dialógica, sobre o trabalhador que retoma seus estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, é a dificuldade da escola em reconhecer e incorporar esses saberes e culturas nas propostas de cursos, principalmente os técnicos. Em seus últimos anos de escolarização básica os estudantes se deparam com uma educação dual e um currículo marcado por uma educação bancária denunciada por Ivan Illich como responsável pela formação de um aluno:

[...] «escolarizado» a confundir ensino com aprendizagem, obtenção de graus com educação, diploma com competência, fluência no falar com capacidade de dizer algo novo. Sua imaginação é «escolarizada» a aceitar serviço em vez

de valor. Identifica erroneamente cuidar da saúde com tratamento médico, melhoria da vida comunitária com assistência social, segurança com proteção policial, segurança nacional com aparato militar, trabalho produtivo com concorrência desleal. Saúde, aprendizagem, dignidade, independência e faculdade criativa são definidas como sendo um pouquinho mais que o produto das instituições que dizem servir a estes fins; e sua promoção está em conceder maiores recursos para a administração de hospitais, escolas e outras instituições semelhantes. (ILLICH, 1985, p. 16)

Essa formação dual é constituída pela oferta de duas diferentes formações para diferentes sujeitos, não no que tange às áreas de atuação futuras, mas no que se refere às perspectivas de classe. Significa um Ensino Médio que prepara os sujeitos para continuar seus estudos em universidades, atuando, possivelmente, no gerenciamento dos que, por sua vez, frequentaram outro Ensino Médio, que os preparou para atuar como técnicos operacionais. O que os estudos apontam, como os de Kuenzer (2010, 2009) e Ciavatta e Ramos (2011), é que essa formação dual e histórica da sociedade capitalista, nessa etapa educacional, revela-se um reflexo da estrutura de classes desse sistema. Nesse sentido, percebe-se que ainda persiste a separação entre a formação geral e o fazer técnico.

Na contramão dessa lógica temos em vigor o currículo integrado, que perspectiva dirimir essas dicotomias. Encontramos essa premissa, por exemplo, nas orientações do Documento Base do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (ProEJA), uma conquista a se consolidar (RAMOS, 2010) na modernidade³ do capitalismo tardio.

O sujeito adulto ou jovem, que conclui seus estudos na modalidade ProEJA pode vir a compreendero mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como compreende a continuidade de estudos” (BRASIL, Documento Base, 2007, p.35), uma vez que a construção curricular integrada determina:

[...] a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos especialmente os da classe trabalhadora. (Idem)

³ Concebe-se modernidade segundo os termos de Marshall Berman, para quem esse espaço temporal é um conjunto de experiências de cada indivíduo consigo mesmo e com os outros em formas complexas e contraditórias. Um paradoxo temporal que se constitui de contrários; ao mesmo tempo em que une derrubando fronteiras físicas, separa nas diferenças, como moderno e tradicional, inclusão e exclusão, ao mesmo tempo. A modernidade acelera a mudança e a necessidade de adaptação, uma vez que o capitalismo desenfreado impõe essa condição, pois hoje o que é moderno amanhã será obsoleto. As relações sociais morais não morrem, são incorporadas ao mercado, tornam-se mercadorias. No princípio do capital, tudo é mercadoria, na necessidade da oferta e da procura em um princípio retroalimentador, o trabalhador é uma mercadoria que vende sua força de trabalho e recebe por isso um salário.

As fontes primárias da pesquisa original foram desenvolvidas em campo, em que procurou-se trazer os sujeitos dentro dos seus contextos, para isso, uma das pesquisadoras permaneceu nas colônias de pescadores por períodos de uma semana a quinze dias, de forma alternada, durante um ano. Os sujeitos pesquisados são pescadoras tradicionais/artesanais⁴ de cada região do Brasil, onde aconteceu, nos anos 2010/2013, a oferta de um curso a distância de Técnico em Pesca na modalidade ProEJA⁵.

Usaremos para este artigo os registros em imagens da observação a respeito das embarcações, utensílios de pesca e beneficiamento/comercialização do pescado nas comunidades de pesca tradicional. As comunidades de pescadores artesanais, em específico, são compostas por pescadores situados ao longo da costa brasileira⁶, rios, lagos e malhas d'água, que têm como definição identitária sua profissão. As imagens são o registro de momentos do processo de trabalho desses sujeitos, elencados a partir dos três aspectos observados. Tais aspectos foram selecionados com a intenção de problematizar possíveis subsídios à construção de currículos de cursos técnicos em diálogo com os sujeitos e seus saberes.

2 A pesca artesanal

Importante iniciar este capítulo definindo que existem muitos conceitos de artesanal (incluimos os catadores de frutos aquáticos) e que o mesmo está em contra posição teórica ao industrial, no entanto o que pretende-se aludir é o processo do trabalho na sua plenitude de existência, identidade e organização social e da família, nesse sentido concordamos com Silva:

A pesca artesanal se realiza única e exclusivamente com base no trabalho manual do pescador e nas formas de organização social das pescarias. Nela, a

⁴ Artesanal “compreende toda a produção resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (possui valor simbólico e identidade cultural), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios”. (BRASIL/ MDIC, 2012, p.12)

⁵ Instituído em 2005 no âmbito federal pelo primeiro Decreto do PROEJA nº 5.478, substituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que introduz novas diretrizes que ampliam a abrangência do primeiro com a inclusão da oferta de cursos ProEJA para o público do ensino fundamental da EJA. O ProEJA pretende contribuir para a superação do quadro da educação brasileira explicitado pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgados em 2003, em que 68 milhões de Jovens e Adultos trabalhadores brasileiros com 15 anos e mais não concluíram o Ensino Fundamental e apenas 6 milhões (8,8%) estão matriculados em EJA. O ProEJA tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante.

⁶ Segundo o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), estima-se que existem hoje no Brasil quase um milhão de pescadores artesanais. Sendo assim, é uma das atividades de maior impacto social e econômico no Brasil, que usufrui da grande extensão litorânea e da biodiversidade pesqueira nas 12 grandes bacias hidrográficas brasileiras. Aproximadamente 45% de toda a produção anual de pescado desembarcada são oriundas da pesca artesanal. (Fonte Ministério da Pesca e Aquicultura, em: <http://www.mpa.gov.br/index.php/pesca/artesanal>)

participação do homem dá-se em todas as etapas: a manipulação dos implementos e do produto é total, ou quase total, prescindindo-se de tração mecânica no lançamento, no r e colhimento e no levantamento das redes e demais implementos. Essa modalidade de pesca não se apoia na grande produção ou na estocagem. (SILVA, 2010, p. 59)

Defende-se que esta atividade, específico, se destaca dos outros manejos com pescaria, em especial o da aquicultura uma vez que esta forma de trabalho produz seus insumos de pesca com tecnologia embarcada. Nesse ponto reafirma-se que o conceito de pescador(a) utilizado aqui é de Ramalho:

Ser pescador não é ser um mero objeto, mas artífice também de um projeto de vida, que se movimenta – ganhando forma e substância de acordo com o ritmo das águas e das relações sociais típicas das comunidades pesqueiras, que se integram em uma relação social mais ampla (2006p.36).

A pescaria é um trabalho de extração tão antigo e historicamente constituidor de algumas sociedades, bem como definidor de identidades, como a imensa maioria dos trabalhos em nossa sociedade. Esses sujeitos têm a educação como seu direito, e que seja pública, crítica e de qualidade, dentro das perspectivas apontadas no Documento Base do ProEJA. Dito de outra forma, os trabalhadores da pesca reconhecem seu ofício como parte constitutiva de sua identidade. Mesmo desenvolvendo outras atividades de trabalho, esses trabalhadores se identificam como pescadoras e pescadores. É possível, também, constatar essa marca de pertencimento em Fanon (1995), como também, por exemplo, nas pesquisas de Capellesso e Cazzella (2011) ou de Barbosa (2004). E nesse sentido é fulcro a garantia de direito a educação que dialogue com esses trabalhadores, respeitando seus saberes e identidades forjado em um currículo com e não para eles)

No entanto, um dos problemas encontrados na EJA no Brasil é a dificuldade em reconhecer e incorporar os saberes dos educandos nas propostas curriculares de cursos de maneira geral e, mais especificamente, nos cursos técnicos. Entendemos que essa é, também, uma pauta em outras etapas de educação (crianças e adolescentes), mas se intensifica em seus últimos anos de escolarização básica profissional, pois os estudantes dessa etapa se deparam com a separação entre as disciplinas técnicas e as disciplinas do núcleo comum⁷.

Outra questão que destacamos é a permanência da dualidade formativa, que desconsidera as perspectivas históricas de classe. Isso significa a oferta de um Ensino Médio que prepara os

⁷ Na última etapa da Educação Básica (Ensino Médio) as disciplinas do núcleo comum como: Língua Portuguesa, Matemática, Física, Artes, Biologia e outras, na maioria das vezes, não dialogam com as disciplinas técnicas. Essas disciplinas encontram-se normalmente desintegradas, sem a articulação dos conhecimentos, indicando um currículo tradicional onde são concebidas antes de conhecer o grupo para o qual o curso se destinará. A consequência dessa formação compartimentada é um trabalhador técnico, menos ou nada crítico, dócil e pronto para o mercado do trabalho.

sujeitos para continuarem seus estudos em universidades, atuando, possivelmente, no gerenciamento dos que, por sua vez, frequentaram outro Ensino Médio, que os preparou para atuar como técnicos operacionais. Kuenzer (2010, 2009) e Ciavatta e Ramos (2011) apontam que essa oferta (a preparação para o gerenciamento e a preparação para a ação operacional) é constituído de uma formação dual histórica da sociedade e que essa etapa educacional revela-se um reflexo da estrutura de classes do sistema sustentado pela ideologia capitalista. Nesse sentido, percebe-se que ainda persiste a separação entre a formação geral e o fazer técnico, sendo o último oferecido a uma grande parcela social que não estará, necessariamente, nos bancos universitários. Essa realidade constitui, assim, uma educação para os filhos de trabalhadores e uma educação para os filhos da burguesia.

Embora alguns passos já tenham sido dados, como destacamos na concepção de educação integral, há ainda uma distância a ser percorrida para a concretude de um currículo crítico, construído na materialidade dialógica, no processo de escolarização e formação técnica para a EJA em diálogo com seus saberes. Um dos avanços que possibilitaram dirimir uma das dicotomias vivenciadas no Ensino Médio foi a construção da base legal que apontava para a possibilidade de um currículo integrado. No entanto, essa retrocedeu quando entrou em vigor a LEI Nº 13.4158, de 16 de fevereiro de 2017. Essa premissa se expressa, por exemplo, nas orientações do Documento Base do ProEJA, como uma conquista a se consolidar (RAMOS, 2010) na modernidade do capitalismo tardio.

Porém, a garantia de orientações legais não significa uma mudança nas ações dos sujeitos da escola. Desse ponto até a real efetivação há muito o que refletir e mudar. Nessa reflexão algumas questões se colocam: por que no espaço educativo profissionalizante da escola para jovens e adultos a premissa dialógica concreta entre os conhecimentos e saberes não se manifesta em seus currículos? Existe a possibilidade de articular os conhecimentos científicos com os saberes dos estudantes?

Parte-se do princípio de que os adultos e jovens, pertencentes ao mundo do trabalho, mesmo sem sua Educação Básica concluída, são sujeitos de saberes e detentores de conhecimentos, uma vez que há aprendizagem em todas as relações sociais (CAVACO, 2002).

8 Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e n.º 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-norma-pl.html>

Aprendemos desde que existimos como seres humanos, das diferentes formas, com diferentes maneiras e desse aprendizado construímos saberes, como aponta Zatti (2007, p. 59):

A partir das concepções de Freire a educação envolve o movimento dialético entre o fazer e o pensar sobre o fazer. Práticas espontâneas produzem geralmente um saber ingênuo. O conhecimento crítico, necessário para a autonomia, se alcança com rigorosidade metódica. O pensar certo não é presente dos deuses ou fruto de uma iluminação especial sobre uma ou outra mente privilegiada, o pensar certo é possível a todos e deve ser produzido; na escola ele deve ser produzido pelo educando em comunhão com seu educador.

Mesmo com uma demanda real e quantitativamente significativa, brasileiros e brasileiras da pesca artesanal que não concluíram a Educação Básica ainda carecem de uma escola pública que leve em consideração a especificidade de serem pescadores. Esse é, também, o caso de outras comunidades cujo atendimento educacional específico ainda é precário ou inexistente. Como, por exemplo, as comunidades: indígenas, ribeirinhos, ilhéus, quilombolas. A urgência de formação e escolarização impõe formas de atendimento, como é o caso da educação a distância, que por vezes não é a mais apropriada na perspectiva do diálogo com a cultura desses sujeitos. Porém, o que se constata ainda é que a necessidade de escolarização dessas comunidades, principalmente na formação técnica, tem como parte significativa a premissa desenvolvimentista, associada à concepção clássica das relações entre a ciência e a tecnologia em um “modelo linear de desenvolvimento = ciência + tecnologia + riqueza = a bem estar social” (BAZZO; LINSINGEN; PEREIRA 2003, p.120). Nesse cenário é possível vislumbrar alguns problemas que impactam a cultura dessas comunidades e que dizem respeito, por exemplo, às percepções de ritmo temporal, uma vez que os pescadores e pescadoras artesanais orientam boa parte do seu cotidiano pelo ciclo da natureza. O frenesi dos tempos compartimentados fordistas/tayloristas está presente no ritmo compartimentado da escola (presencial ou a distância), de conhecimentos parcelados ou com “*Just in time*” toyotista, que orienta um modelo para administrar a produção de pescado em escala reduzida, porém, em bases industriais e urbanas, na contradição da tradição e do artesanal. Uma lógica que não reconhece o desenvolvido em uma outra lógica, com outro ritmo e outra forma de organização.

O capital tem por natureza seletiva essa premissa excludente. Mas qual forma de escolarização dialogaria com o trabalhador artesanal que possui uma cultura diferente? Não desqualificamos as modalidades, presencial e a distância, entendemos que são perfeitamente possíveis as diferentes ofertas, mas reconhecemos que é fulcro o diálogo nas construções curriculares (entendendo curriculares em sua dimensão ampla) dessas ofertas educativas com os saberes e culturas desses sujeitos históricos.

2.1. O percurso de uma pesquisa qualitativa, caminhos e modos: uma imersão no universo da pesca tradicional

2.1.1 Os sujeitos e o campo de pesquisa

O Brasil é um país constituído por uma costa litorânea de 8,4 mil quilômetros e aproximadamente com 5,5 milhões de hectares de lâmina de águas continentais (rios, lagos, lagoas, açudes, mangues, etc.), explorados economicamente por pescadores em que, segundo o extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA-2009)⁹, mais de 600 mil são trabalhadores só da pesca artesanal. Os sujeitos pesquisados são pescadores artesanais, mais especificamente os que frequentaram o “Curso Técnico em Pesca Integrado ao Ensino Médio na modalidade ProEJA”, oferecido a distância pelo Instituto Federal do Paraná para algumas colônias, como possibilidade de conclusão da educação básica integrada à área profissional da pesca.

Segundo o MPA, quando de sua criação em 17/08/2010, pela Lei n 11.958, de 26 de junho de 2009, o panorama encontrado era carente de políticas públicas para o setor e suas comunidades. Assim informa:

No âmbito social, a pesca era vista como uma atividade marginal, o pescador tinha poucas perspectivas de melhoria de suas condições de trabalho e inexistiam políticas de desenvolvimento social para a pesca artesanal. Os baixos níveis de escolaridade representavam impedimentos aos processos de capacitação e acesso às tecnologias. Isso se refletia na falta de organização do setor, na dificuldade de autogestão dos meios produtivos, na adoção de boas práticas de fabricação, enfraquecendo as cadeias produtivas. Os serviços de assistência técnica e extensão pesqueira estavam praticamente inoperantes e quase não havia possibilidade e disponibilidade de parceria com outras instituições para a promoção desses serviços. (BRASIL, MPA, 2011, p.6)

Esse é um quadro sintético, mas significativo e histórico, dos desafios enfrentados pelas políticas para o setor. As comunidades de pescadores artesanais, no momento da pesquisa, eram atendidas por programas e políticas do Ministério da Pesca e Aquicultura, que visavam dirimir os hiatos de atendimentos encontrados antes de 2009.

Esses trabalhadores e trabalhadoras têm uma condição de reconhecimento social constituinte originária da profissão laboral, ou seja, como definição identitária eles se reconhecem como pescadores e pescadoras, reconhecendo seu ofício como parte constitutiva de sua identidade, mesmo desenvolvendo outras atividades de labor.

Segundo o MPA, 2009, são mais de seiscentos mil pescadores em todo o Brasil, sendo esse um trabalho de extração antigo e constituidor, historicamente, de algumas sociedades.

⁹ O MPA foi criado pela Lei 11.958 de 26 de junho de 2009, extinto em 2 de outubro de 2015. Os dados retirados foram publicados no período de elaboração da tese de doutoramento de Oliveira 2016. Estes quantitativos estão disponíveis também no Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura, 2009.

Essa profissão se concebe na formação ancestral de pesca e tem como referência legal a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre povos indígenas e tribais, que em seu Artigo 23 legisla e estabelece o perfil desses profissionais. Cabe destacar que no Brasil, como país signatário da organização, se aplica a normatização. Outrossim, o Decreto 5051, de 19 de abril de 2004, define em seu Artigo 13 que:

1. O artesanato, as indústrias rurais e comunitárias e as atividades tradicionais e relacionadas com a economia de subsistência dos povos interessados, tais como a caça, a pesca com armadilhas e a colheita, [Veja como aqui já aparece a palavra “colheita”. Ela faz uma alusão direta aos aquicultores] deverão ser reconhecidos como fatores importantes da manutenção de sua cultura e da sua autossuficiência e desenvolvimento econômico. Com a participação desses povos, e sempre que forem adequados, os governos deverão zelar para que sejam fortalecidas e fomentadas essas atividades.
2. A pedido dos povos interessados deverá facilitar-se aos mesmos, quando for possível, assistência técnica e financeira apropriada que leve em conta as técnicas tradicionais e as características culturais desses povos e a importância do desenvolvimento sustentado e equitativo. (BRASIL, Presidência da República, 2004).

É importante conceituar, além disso, o que se entende por comunidades tradicionais e para isso assume-se novamente o que rege a legislação, especificamente o Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

Art. 3º

Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Esse reconhecimento aparece, também, na Lei Nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, em que o governo brasileiro “dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso¹⁰, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal,” reforçando seu entendimento de direitos trabalhistas a esses sujeitos históricos e sociais.

Esses profissionais, definidos aqui como sujeitos históricos e sociais pertencentes à classe trabalhadora, segundo o de Alencar & Maia, apresentam baixo nível de escolaridade – aproximadamente 80% dos pescadores brasileiros são semianalfabetos, 78% têm apenas a 4ª série, 47% dos pescadores do Nordeste e 3% dos pescadores do Sul são analfabetos (2011, p. 17). A categoria de trabalhadores da pesca, segundo a mesma fonte, de um modo geral, também

¹⁰ No período de defeso as atividades de pesca são controladas no Brasil pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para preservação das espécies. Nesse período os pescadores e pescadoras artesanais recebem um subsídio do governo chamado Seguro Defeso.

apresenta grande fragilidade organizacional, ou seja, as colônias de pescadores, forma tradicional de associação da categoria, encontram-se, segundo o Ministério, em processo inicial do trabalho cooperado.

2.1.2 O percurso investigativo

As categorias elencadas para essa investigação são as do materialismo histórico, que orienta o olhar para o real, reconhecendo nele um conjunto de elementos interligados condicionados reciprocamente, pois não podem ser considerados ou entendidos isoladamente. Nesse sentido, o contexto é fundamental para entendimento do fenômeno, possibilitando analisar as formas do reflexo da realidade; as leis de funcionamento e desenvolvimento do conhecimento, ampliando possibilidades; e, ainda, proceder uma interpretação filosófica (CHEPTULIN, 1982).

Na explicação científica de Cheptulin (1982), entram em cena categorias fundamentais como a realidade, a possibilidade e seus limites, compondo um par dialético - realidade e possibilidade. Persegue-se aqui o conceito “reconhecimento dos saberes dos trabalhadores” de modo a formá-lo categoria cuja concretude possibilite a construção de um currículo que estabeleça um sentido de inclusão dessa classe social com sua especificidade ao reconhecer e incorporar seus saberes. Reconhecemos, ainda, o sentimento de pertencimento que se estabelece entre um grupo social historicamente excluído e a educação formal, posto que o seu contrário é um fato, ou seja, o sentimento de exclusão se estabelece principalmente quando o adulto trabalhador não se reconhece no processo de escolarização. Como destaque desta dicotomia colocamos,

[...] Por exemplo, a interação da produção e do consumo, que são aspectos contrários da sociedade, condiciona uma mudança incessante neles mesmos e nos domínios correspondentes da vida social. Com efeito, pela produção de bens, os homens aperfeiçoam-se e suas necessidades modificam-se [...]. Para satisfazer essas necessidades, a produção desenvolve-se necessariamente e os homens aperfeiçoam-se no decorrer de seu desenvolvimento. (CHEPTULIN, 1982, p.302)

Portanto, para orientar nosso caminho estamos considerando a luta dos contrários. Em síntese, analisar as formas do reflexo da realidade; as leis de funcionamento e desenvolvimento do conhecimento, ampliando possibilidades; e a interpretação filosófica (CHEPTULIN, 1982), partindo do concreto e do que o compõe em suas dimensões materiais, para a análise do abstrato.

2.2 As imagens que revelam saberes

Ao desenvolver o trabalho de campo, entende-se que o estudo é: “histórico; possui consciência histórica; apresenta uma identidade com o sujeito; [...] é essencialmente qualitativo já que a realidade social é mais rica do que as teorizações e os estudos empreendidos sobre ela” (LIMA, 2007, p. 38-39), fez-se um registro fotográfico específico, que será apresentado a seguir como material problematizador de um currículo dialógico para a EJA.

As análises consideram que a possível permanência ou mudança pode ser visualizada a partir das fotos, entendendo-se que as imagens aqui apresentadas representam os processos desenvolvidos pelos pescadores. Consideramos, também, que “sua noção de representação - aliás, uma noção comumente aceita por quase todos os teóricos da imagem - pressupõe a preexistência de um objeto representado que seja da ordem da realidade visível” (SANTAELLA, 1998, p.159).

A autora afirma que: “O enquadramento recorta o real sob certo ponto de vista, o obturador guilhotina a duração, o fluxo, a continuidade do tempo” (idem, p. 165).

O sentido atribuído à fotografia foi o de registro, a partir dos eixos já citados, porém é importante dizer que não foram aferidas às imagens um processo pós-fotográfico. Nesse sentido tomamos como referência, a princípio, dois aspectos: da produção e do produto (MAUAD, 2005).

Na sequência apresentamos as imagens distribuídas por categoria pesquisada e a região do país em que se encontram.

2.2.1 Embarcações

As imagens que seguem mostram embarcações que, em primeiro lugar, obedecem à legislação¹¹. As embarcações utilizadas na pesca artesanal são de casco de madeira (Figuras 1 a 5), variam de 3 a 18 m de comprimento e sintetizam um arcabouço de saberes, muitos desses, ancestrais. Outra característica é a cobertura em regiões onde o calor é mais forte e o tempo de exposição ao sol é mais prolongado, de forma que os pescadores usam coberturas nos seus barcos (Figura 5). Porém, em outras regiões com essas características (Figura 3 e 4) essas coberturas não foram observadas.

¹¹ Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Em seu Art. 10, parágrafo 1, inciso I: “I – de pequeno porte: quando possui arqueação bruta - AB igual ou menor que 20 (vinte)”.

Não é a proposta aqui listar todos os conhecimentos disciplinares constituidores dos processos de trabalho, mas pontuamos alguns para exemplificação. Nesse sentido, destacamos a complexidade da navegação, que envolve velocidades dos ventos, correnteza, materiais, engenharia naval, entre outros. Constatou-se no campo de pesquisa que em muitas comunidades ainda existe (e persiste) a construção das embarcações por inúmeras razões, sendo a principal delas a econômica. O coletivo de pescadores artesanais situa-se no estrato econômico cuja maioria sobrevive com uma média de 1 a 4 salários mínimos por família¹². Segundo Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) do MPA o percentual de pescadores analfabetos inscritos em 31/12/2010 era de 6,29%, desses 53,39% não possuíam casa própria, sendo que a produção de riquezas do setor atingia o patamar de 825.164 toneladas em 31/12/2009 (BRASIL, 2010, p, 35).

Figura 1 - Embarcações – Região Sul



Fonte: As autoras, 2021.

Figura 2 - Embarcações – Região Norte



Fonte: As autoras, 2021.

Figura 3 - Embarcações – Região Sudeste



Fonte: As autoras, 2021.

Figura 4 - Embarcações – Região Nordeste



Fonte: As autoras, 2021.

¹² Remuneração média dados de 2001 (IBGE, 2003, p. 33).

Figura 5 - Embarcações – Região Centro Oeste



Fonte: As autoras, 2021.

A complexidade na construção, manutenção e navegação dessas embarcações é, por si só, curricularmente dialógica, indicando que as problematizações oriundas da pesca tornam-se potencialmente concretas, possibilitando uma troca de saberes entre sujeitos, por exemplo, onde questões comuns de como navegar estimulam narrativas que ponderam as diferenças. Ou seja, todos navegam, mas o fazem em diferentes águas, alguns em labirínticos canais, outros em mangues, ou rios, ou lagoas, e ainda outros no mar.

2.2.2 Utensílios de Pesca

Justificamos que a escolha da categoria “utensílios” como definidora desse extrato da empiria se faz a partir de sua origem linguística, do latim tardio *utensilium*, do latim *utensilia*, que significa coisas necessárias ao uso no cotidiano. Entende-se que a categoria representa mais apropriadamente os objetos usados na pesca: redes ou malhas, tarrafas¹³, anzóis de espera¹⁴, redes de pesca de camarão¹⁵, entre outros necessários à captura das espécies nas águas. As ferramentas usadas na captura do pescado são utensílios de trabalho e, em muitos casos, produzidos pelos próprios sujeitos artesanalmente, como se observa nas imagens que se seguem. Utensílio está associado a ferramentas usadas pelos camponeses ou comunidades tradicionais, como, por exemplo, indígenas, quilombolas e pescadores.

Sendo assim, existem nas comunidades pesquisadas questões em comum, como a confecção dos utensílios usados. É preciso explicar que as malhas, linhas de mão e caniços simples são fabricados pelos pescadores e pescadoras, mas possuem dimensões definidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – Ibama.

13 Tarrafa é uma rede de pesca circular com pequenos pesos distribuídos em torno de toda a circunferência da malha.

14 Anzol é um gancho metálico usado na pesca à linha. A pesca com anzol de espera acontece porque o pescador lança a isca (com o anzol dentro) na água e literalmente espera o peixe morder (engolir) a isca.

15 Rede de camarão é cilíndrica com a parte posterior do corpo em forma de funil onde a passagem é sustentada por aros de ferro.

Essa definição de tamanhos e larguras é decorrente do princípio de preservação das espécies aquáticas e proteção da fauna e flora aquática brasileira, que é muito diversificada. Nesse caso, os tamanhos e diferentes utensílios podem ser dificultadores de unidade curricular, porém são questões fundamentais para esses sujeitos, que travam, muitas vezes, uma batalha diária com os órgãos fiscalizadores, que capturam seus utensílios e aplicam pesadas multas quando não estão adequados, sendo esse um problema comum nas comunidades.

Outra questão comum, repleta de saberes ancestrais, é a tecelagem das malhas (redes), prática comum nas regiões em que o uso é permitido. Não se usa rede em todo o Brasil, há regiões em que são predominantes os caniços e anzóis de espera (Figura 10).

Tramar uma tarrafa (Figura 9) ou uma rede de pescar camarão (Figura 6) exige do trabalhador e trabalhadora um conhecimento matemático espacial. Muitos realizam esse trabalho, de produção de utensílios, como uma possibilidade de incremento à renda, visto que esses podem ser vendidos. Em algumas comunidades existe a utilização de material comercial descartável reciclado e adaptado para a captura de algumas espécies (Figura 8). Ou mesmo no uso das varas, comum em alguns lugares, também se exige um conhecimento de resistência e flexibilidade dos materiais. Verificam-se aqui pequenos exemplos de saberes que perpassam esse universo.

Figura 6 - Utensílios – Região Sul



Fonte: As autoras, 2021.

Figura 7 - Utensílios – Região Norte



Fonte: As autoras, 2021.

Figura 8 - Utensílios – Região Sudeste



Fonte: As autoras, 2021.

Figura 9 - Utensílios – Região Nordeste



Fonte: As autoras, 2021.

Figura 10 - Pesca com linhas e anzol



Fonte: As autoras, 2021

Um currículo para comunidades, que em comum têm a sua cultura de subsistência, com princípios de consciência crítica e integral, ou seja, que reconhecem e dialogam com o sujeito como um todo, articula permanências e problematiza as diferenças e as mudanças.

2.2.3 Beneficiamento/Comercialização do pescado

Os sujeitos produzem seus utensílios de trabalho por diferentes motivos financeiros que são comuns, mas também específicos, por exemplo, a rede produzida para a pesca no rio Amazonas não reflete a luz do sol tornando-a “invisível” para o peixe. Outras questões que dizem respeito a utensílios são gerais, como, por exemplo, as relações, por vezes conflituosas, com os órgãos reguladores e fiscalizadores, ou a dificuldade dos pescadores com a pesca industrializada e suas tecnologias mais sofisticadas. Problemas que seriam bem-vindos ao espaço do currículo.

Constatamos que nas comunidades pesquisadas a prática de beneficiamento e conservação do pescado normalmente é executada pelas mulheres. São as esposas, companheiras, filhas dos pescadores as responsáveis pelo beneficiamento do pescado. Esse

beneficiamento consiste em limpar, eviscerar, cortar, embalar, refrigerar e salgar, quando for o caso.

A comercialização é uma área que apresenta muitos conflitos em todas as regiões. Algumas relações comerciais são comuns a todos, como a transferência dos produtos pescados a comerciantes “atravessadores”.

Esses comerciantes compram o pescado direto do pescador por preços inferiores e os revendem. Essa é uma prática muito comum e fruto de problemas identificados em todas as comunidades pesquisadas. A figura do atravessador é apontada como um problema pelas pescadoras e pescadores, pois essa mediação desvaloriza o trabalho exaustivo da pesca. Mas a mudança dessa prática enfrenta resistências.

Segundo relato dos próprios sujeitos, uma das justificativas, por exemplo, é decorrente do acréscimo de trabalho de venda que deve ser desprendido posteriormente ao processo da captura. Ou seja, depois de uma jornada de mais de 10 horas de trabalho diário, a facilidade de venda e retorno imediato para os lares impulsiona a prática dos atravessadores.

Mesmo conscientes de que estão sendo explorados o pescador e a pescadora cedem à facilidade de uma venda certa e imediata. Nas falas os sujeitos reconhecem que essa prática é muito antiga, fundada na cultura de “amanhã pesco mais”, ou relacionada à desvalorização e ao desconhecimento do difícil trabalho de pescar. Uma questão que poderia ser problematizada nos currículos.

Observou-se que em apenas uma região (Figura 11) a comunidade executava o trabalho de venda, com o apoio de políticas públicas¹⁶ em parceria com as universidades locais.

Outra questão pertinente e que poderia ser objeto de diálogo no currículo são as relações de gênero, pois constatamos em algumas regiões que, mesmo as mulheres sendo as pescadoras, a venda é executada por homens (Figura 12).

A pesquisa em campo demonstrou também que o processo de venda é realizado nas casas dos pescadores (Figura 13).

Os conflitos culturais desse momento da produção, constituído de contradições, práticas culturais e conflitos estão pouco, ou nada, articulados nos currículos.

¹⁶ O caminhão frigorífico e as fábricas de gelo são disponibilizados pelo MPA às comunidades artesanais.

Figura 11 - Beneficiamento e Comercialização - Sul



Fonte: As autoras, 2021.

Figura 12 - Beneficiamento e Comercialização - Região Norte



Fonte: As autoras, 2021.

Figura 13 - Beneficiamento e Comercialização - Região Centro Oeste



Fonte: Fotos da pesquisadora

3 Algumas Considerações

Compreende-se que as imagens são insuficientes para revelar toda a complexidade dos processos existentes nas comunidades pesqueiras, muito além do que se aponta nessa análise, mas entende-se que são repletas de questões e saberes pertinentes ao currículo da EJA para pescadores no que tange à proposta de cursos técnicos, principalmente a distância.

Cabe ressaltar, portanto, que no espaço conflituoso do currículo, os saberes dos estudantes são usados como um pretexto na introdução de conhecimentos científicos normalizados e didatizados. Uma das justificativas para esse fato é a de que prepara-se primeiro os currículos, seleciona-se os conteúdos, as disciplinas, os métodos e, depois, é que acontece o diálogo com os educandos e seus saberes, quando isso ocorre.

Este artigo pretende provocar o exercício de um movimento oposto, onde primeiro dialoga-se com os sujeitos para conhecer e reconhecer seus saberes e depois constrói-se o currículo em conformidade com esses saberes diretos (empíricos).

Existem saberes diretos, ou seja, mais “fáceis” de serem relacionados aos conhecimentos científicos curriculares, como, por exemplo, saberes sobre as embarcações, ou sobre a execução das tramas das malhas. No entanto, é possível problematizar de forma mais ampla, por exemplo,

levantando questões como: por qual motivo os pescadores produzem suas próprias redes? Existe uma diferença real no processo de tecelagem das “malhas” das redes nas diferentes regiões?

Outros saberes merecem aprofundamento, mesmo sendo mais conflituosos e não tão diretos. Destaca-se algumas questões referentes ao trabalho das mulheres na pesca, em que elas pescam, mas não comercializam seus produtos, diferentemente da outra região onde elas não pescam, mas comercializam.

Considera-se ainda as possibilidades de se relacionar a venda com o resultado financeiro do processo de trabalho, fazendo o paralelo entre a dependência e a liberdade de trabalho à primeira vista. Para essas comunidades aumentarem, estabelecerem ou examinarem as relações de efetividade das políticas públicas para a pesca artesanal, suas limitações, sua amplitude, seus avanços e contradições é imprescindível um currículo crítico que projete a formação de um sujeito autônomo.

Outras questões aparecem. Por exemplo: as embarcações são produzidas nas comunidades, mas quais são os saberes e conhecimentos desses pescadores artesanais de engenharia naval? Que conhecimentos têm acumulado sobre as mudanças das águas e os produtos estruturais para seus barcos (madeira, motores, combustível, outros)?

Entende-se e defende-se que um currículo para jovens e adultos trabalhadores, principalmente na modalidade a distância, que vise uma educação libertadora, precisa dialogar com os saberes dos educandos ainda no seu processo de constituição, para que na sua consolidação a prática dialógica se efetive.

Percebe-se assim que é possível, para próximas ofertas de cursos, elaborar um currículo que seja construído em diálogo com os saberes dos pescadores, posto que essa investigação conseguiu registrar de maneira mais próxima, a realidade dessas comunidades pois não é possível, dentro de uma perspectiva crítica com formação de um sujeito autônomo, um currículo que o desconsidere, a partir de arranjos e seleções que não dialogam com seus saberes ou nem os conhecem.

Referências

BAZZO, W. A.; LINSINGEN, I. V.; PEREIRA, L. T. V. (Eds.). **Introdução aos estudos CTS** (Ciência, Tecnologia e Sociedade). Cadernos da Iberoamérica. Madri: Organização dos Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2003.

BARBOSA, S. R. C. S. Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ. In: **Ambient. Soc.** [online]. 2004, vol.7, n.1, pp. 107-131. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2004000100007>.

BRASIL. **Plano Plurianual (PPA) 2012 – 2015**, Anexo I - Programas Temáticos, 2014, acessado em:
http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/Anexo%20I%20_Atualizado_LOA2014_2.pdf.

BRASIL. MPA. **Plano Plurianual 2008-2011 Relatório de Avaliação Ministério da Pesca e Aqüicultura EXERCÍCIO 2011**. acessado em:
http://www.mpa.gov.br/files/Docs/Planos_e_Politiclas/Relatorio-de-Avaliacao-PPA-2008-2011-exercicio2011-ano-base-2010.pdf

BRASIL. MPA. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura Brasil 2010**.

BRASIL. **Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio**. MEC – Ministério de Educação e Cultura. Brasília/DF. 2007

BERMAN, M.; MOISES, C. F; IORIATTI, A. M. L. **Tudo que e solido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 360p.

CAPELLESSO, A. J. CAZELLA, A. A. **Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC)**. Ambiente e Sociedade, Campinas, v. 14, p. 15-33, 2011.

CAVACO, C. **Aprender fora da escola: percursos de formação experimental**. Lisboa: EDUCA, 2002

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação**. Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: leis e categorias da dialética**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

DE ALENCAR, C. A. G.; MAIA, L. P. Perfil socioeconômico dos pescadores brasileiros. **Arquivos de Ciências do Mar**, v. 44, n. 3, 2011.

FANON, F. **Sociología de una revolución**. México: Era, 1971. FANON, Frantz. Los condenados de la tierra. México: FCE, 1988. FANON, Frantz. Peau noire, masques blancs. Paris: Seuil, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Coleção O Mundo, Hoje, v.21, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

FRIGOTTO, G. **Educação para “inclusão” e a “empregabilidade”**: promessas que obscurecem a realidade. In CANÁRIO, R. e RUMMERT, S. M. (Orgs.) **Mundos do trabalho e aprendizagem**. Lisboa: EDUCA, 2009

ILLICH, I. **Sociedade sem Escolas**. 7ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1985

KUENZER, A. O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020. *In: Educação & Sociedade*, v. 112, p. 851-874, 2010.

_____. **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MAUAD, A. M. **Na mira do olhar**: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX, Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.13. n.1, 2005.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura: uma rede de ações para o fortalecimento do setor**. Brasília: MPA, 2009.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. Secretaria de Educação Básica (Org.). **Currículo, Conhecimento e Cultura**: Documento em versão preliminar. 2006.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. **Sociologia e teoria crítica do currículo**: uma introdução. In MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (orgs.). Currículo, cultura e sociedade. 6^a. ed. São Paulo: Cortez (1994), 2002.

OLIVEIRA, R. G. **Pescadoras tradicionais, técnicas em pesca, entendem-se incluídas pela política pública do PROEJA?**. 2016. 213 f. Doutorado em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2F9JtG2>>. Acesso em: 15 jul.

Ramalho, C. W. N, **Ah esse povo do mar!** Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. Ed. Polis e Ceres/UNICAMP, São Paulo, 2006, 176 p.

RAMOS, M. N. Implicações políticas e pedagógicas da EJA integrada à Educação Profissional. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n.1 2010.

SANTAELLA, L.; NÖTH W. Os Três Paradigmas da Imagem, In SANTAELLA, Lucia; NÖTH Winfried. Imagem. **Cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Iluminuras, 1998, p. 159-186.

SILVA, A. F. A Pesca artesanal como arte e como significado cultural: o caso potiguar. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 8, p.57-65, jul./dez. de 2010.DOI: 10.5654/actageo2010.0408.0005.

ZATTI, V. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**, Porto Alegre:EDIPUCRS, 2007. Belo Horizonte, 2013.